

362

Revista Portuguesa de História

Homenagem aos Professores

Luís Ferrand de Almeida

António de Oliveira

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Instituto de História Económica e Social
Coimbra 0304

Luis Ferrand de Almeida e António Oliveira no ensino de Teoria da História

FERNANDO CATROGA

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Tem sido justamente sublinhada a grande importância das obras de Luís Ferrand de Almeida e de António Oliveira na renovação da historiografia portuguesa e, em particular, dos estudos (políticos, económicos e sociais) sobre a época moderna. Menos se tem falado acerca do papel que o seu magistério exerceu na formação de uma cultura historiográfica actualizada. E, dentro desta actividade, a docência de ambos no âmbito da reflexão epistemológica e metodológica é ainda mais desconhecida. Daí, o propósito deste pequeno ensaio: chamar a atenção para o seu contributo neste último terreno, o primeiro enquanto assistente de Sílvio Lima na cadeira de Teoria da História, e o segundo como seu regente exclusivo.

As aulas práticas de Luís Ferrand de Almeida

E conhecida a orientação antipositivista que Sílvio Lima imprimia às suas exposições teóricas¹, embora não escamoteasse a importância que os preceitos

¹ Sobre o conteúdo destas preleções, leia-se Fernando Catroga, “A historiologia de Sílvio Lima”, AA. VV., *Estudos de homenagem a João Francisco Marques*, vol. 1, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, pp. 333-346.

metodológicos, teorizados desde o século XVII, continuavam a ter na formação dos historiadores. E, dada a propensão mais teórica do seu modo de pensar, também não surpreende que as questões ligadas aos problemas da investigação recebessem um tratamento mais pormenorizado nas aulas práticas a cargo de Luís Ferrand de Almeida (anos lectivos de 1958-1959, 1959-1960, 1960-1961, 1961-1962 e 1962-1963).

Na linha do esquema proposto por Langlois e Seignobos, o núcleo essencial das lições do então jovem assistente incidia sobre a metodologia histórica e os respectivos níveis - heurística, crítica interna e externa das fontes, síntese - e culminava numa sucinta exposição sobre “alguns aspectos das actuais tendências da história”. Pela natureza da bibliografia citada e comentada, percebe-se que a *Introduction aux études historiques* - esse autêntico “discurso do método” da historiografia - continuava a ser uma obra de referência obrigatória. Contudo, a ela se juntavam outras de cariz manualístico, como era o caso dos livros clássicos de Halphen, Bernheim, Bauer, L. E. Halkin e Hersin, e, a partir de 1961-1962, da importante publicação colectiva dirigida por Ch. Samaran e intitulada *L'Histoire et ses méthodes*. Assim sendo, só por desatenção se poderá concluir que o prelector se inclinava para uma visão estreitamente positivista da representação do passado, já que as teses aparentemente tradicionais, que relevava, eram completadas (ou contestadas) pela leitura de outros textos, o que permitia que o aluno começasse a contactar com algumas propostas de inspiração “analista”, então uma novidade que poucos historiadores portugueses compartilhavam.

Com efeito, logo nas lições de 1958-1959, a obra de Lucien Febvre *Combats pour l'histoire* (editada, recorde-se, em 1953) era comentada a propósito da asserção positivista segundo a qual “a História faz-se com textos”.² Por outro lado, a célebre *Apologie pour l'histoire, ou le métier de l'historien* (1947), de Marc Bloch, era invocada para sugerir a necessidade de se alargar o conceito de fonte histórica, ao mesmo tempo que o seu ensaio *Critique historique et critique du témoignage*, publicado na revista *Annales* (1950), constituía citação exemplar para a equação dos problemas da crítica histórica.³

Situado num horizonte filosófico e epistemológico diferente (mas tendo em comum as mesmas prevenções face às teses positivistas), H. I. Marrou era também um dos autores de referência. Com efeito, os estudantes eram convidados a consultar algumas páginas da sua obra *De la Connaissance historique* (1954),

² Luís Ferrand de Almeida, *Livro de Sumários de Teoria da História (Aulas Práticas: 1958-1959)*. (Lição de 19 de Janeiro de 1959).

³ *Idem, ibidem*. (Lição de 9 de Abril de 1959).

em ordem a entenderem melhor, não só o conceito de fonte histórica,⁴ mas também os problemas decorrentes da existência de lacunas na documentação, bem como os respeitantes à heurística, como arte, e ao papel da compreensão na reconstituição (e construção) dos factos históricos.

Naturalmente, a análise das várias fases do processo de investigação era feita com o recurso à autoridade de vários autores - Pierre David (toponímia e hagiotoponímia); Alexandre Herculano (problema da falsificação de documentos); Alberto Pessoa (o psicologia do testemunho); J. Honorio Rodrigues, C. Bloch e Renouvin, Silva Rego e G. Maraño, etc. - e tinha em vista a explicação de temas como: “a História como descrição e explicação”, “o papel da hipótese”, “o alargamento do conceito de fonte”, “a colaboração das disciplinas”, “a História, ciência do Homem”.

De tudo isto, conclui-se que, embora as lições metodológicas de Langlois e Seignobos fossem a base, Luís Ferrand de Almeida corrigia-as e completava-as com ensinamentos de orientações antipositivistas, como a querer significar que o progresso do saber historiográfico caminha, não por rupturas radicais, mas por integrações e reformulações. De facto, se compararmos as matérias sumariadas entre 1958-1959 e 1962-1963, deparamos com o mesmo núcleo essencial, não obstante se detectar a incorporação de ideias que denotam a crescente repercussão das propostas da nova historiografia, nomeadamente as sintetizadas na obra colectiva *L' Histoire et ses méthodes* (1961).⁵

Na verdade, a sua preocupação em corrigir o conceito positivista de fonte histórica está patente desde as primeiras aulas. Por isso, chamava a atenção para a crescente importância das paisagens rurais e aéreas, das filmotecas, fonotecas e mapotecas - e dos arquivos (não era por acaso que relevava os arquivos paroquiais). E, na linha da lição de Bloch, Lucien Febvre e F. Braudel, valorizava igualmente a Geografia, bem como, ainda que de um modo cauteloso (talvez devido às suspeições políticas que tais matérias levantavam), o despertar do “interesse pela História Económica e Social” com o correlativo “desinteresse pela História Política”. Nesta perspectiva, não surpreende também que, no ano lectivo de 1962-1963, tenha desenvolvido uma nova alínea, em que, sob o

⁴ *Idem, ibidem*. (Lição de 22 de Janeiro de 1959).

⁵ Mais especificamente, Luís Ferrand de Almeida aconselhava a leitura de trechos de alguns ensaios insertos nesta obra: Raymond Bloch (*Méthodes modernes de l' archéologie*), Paul-Marie Duval (*Archéologie Antique*), Alphonse Dorin (*Introduction à la paléographie*), Charles Perrat (*Paléographie médiévale*), Georges Tessier (*Diplomatique*), Charles Higounet (*La Géohistoire*), H. I. Marrou (*Qu' est-ce que est l'histoire*), Philippe Wolf (*Études des économies et des sociétés avant l' ère statistique*), Jean Meuvret (*Les Données démographiques et statistiques en Histoire moderne et contemporaine*), Georges Duby (*Histoire des mentalités*).

título “A Sociologia e a Economia”, esboçava as relações entre a História, as Ciências e a Sociologia, problemática que Braudel tinha recentemente analisado num ensaio integrado no *Traité de Sociologie*, de Georges Gurvitch. Com esta abertura actualizada, dava guarida à novidade e importância da História Social, e procurava esclarecer a aparente contradição que parecia existir entre, por um lado, a definição de História “como ciência do singular”, e a tese, então cada vez mais aceite, segundo a qual “toda a História é social”.⁶ Deste modo, surge igualmente como lógico que enfatizasse o novo papel dos métodos quantitativos - particularmente da estatística - e salientasse os sucessos da sua aplicação, sobretudo no domínio da História Demográfica.

Também não era esquecida a então emergente “História das mentalidades, dos sentimentos, da sensibilidade”, isto é, o campo da Psicologia Social.⁷ Com isto, assinalava-se um terreno historiográfico que Lucien Febvre havia sugerido há alguns anos, mas que a própria historiografia dos *Annales* ainda não tinha explorado (tal só virá a ocorrer, de um modo continuado, a partir da década de 1960). E, como exemplos possíveis deste tipo de história, Luís Ferrand de Almeida invocava o estudo pioneiro de Huinzig *O Outono da Idade Média* (1919) - que o próprio Lucien Febvre tinha valorizado em 1941 -, o ensaio deste historiador francês sobre *Le Problème de l'incroyance au XVI siècle. La Religion de Rebelais* (1942), e o de J. Palou sobre *O Medo na história*. Mas, por todos, não nos enganaremos muito se sustentarmos que, nesta matéria, também passou a ter presente a síntese de Georges Duby, *Histoire des mentalités*, incluída na obra colectiva *L Histoire et ses méthodes*. A luz de todas estas coordenadas, não será excessivo concluir que Luís Ferrand de Almeida tinha a intenção de consolidar nos alunos a ideia de que, na linha dos ensinamentos dos *Annales*, o saber histórico era uma “ciência do Homem”, de vocação totalizadora e, conseqüentemente, aberta à colaboração interdisciplinar.

Levando em conta o que, num plano mais teórico, Silvio Lima explicava nas suas aulas com o que era ensinado nas aulas práticas, não se pode afirmar que, nos finais da década de 1950 e inícios da seguinte, o magistério de *Teoria da História* na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra estivesse imbuído de um aerífico, académico e “conservador” (em termos historiográficos) positivismo, ou que fosse indiferente aos ventos da “nova história”. Bem pelo contrário. E, se quisermos caracterizar a sua orientação de um modo mais sintético, diremos que ela acasalava o antipositivismo epistémico de raiz

⁶ Luís Ferrand de Almeida, *Livro de Sumários de Teoria da História. 1962-1963*. (Lição de 11 de Fevereiro de 1963).

⁷ *Idem, ibidem, 1959-1960*. (Lição de 11 de Maio de 1960).

neokantiana com um (moderado) antipositivismo metodológico e historiográfico, num eco evidente do que tinha sido propugnado, entre outros, pelos fundadores da chamada “escola dos *Anuales*” e seus continuadores (Braudel), sem se negar, porém, alguns contributos da “escola metódica” e dos seus grandes manuais, já citados, que sistematizavam os processos de investigação histórica.

Naturalmente, o esforço de actualização não era bastante para fazer dos estudantes da F.L.U.C. “novos historiadores”; uma coisa são os objectivos científicos e pedagógicos perseguidos por uma cadeira, outra é o grau de recepção e compreensão da sua “mensagem”, realidade ditada por vários factores, a saber: a capacidade didáctica dos professores (Sílvio Lima era um expositor brilhante), o capital cultural e a prévia formação dos alunos, as orientações epistemológicas das outras cadeiras, a formação curricular supletiva do estudante, sobretudo em matérias como a Estatística, a Sociologia, a Economia, cujo domínio passava a ser fundamental para que se pudesse transitar do plano da teoria à capacitação prática. Boa parte destes requisitos faltavam na formação dos estudantes, e as prevenções políticas por parte do regime e da ideologia universitária dominantes não facilitavam o desenvolvimento de uma historiografia compatível com a lição inquieta e inquiridora de Sílvio Lima, como procurámos mostrar num noutro lugar⁸. De qualquer modo, os estudantes que ouviram com mais atenção tanto as lições deste último, como os ensinamentos mais “técnicos” de Luís Ferrand de Almeida, tiveram a possibilidade de ficar com quadros suficientemente amplos e críticos para puderem entender o sentido da renovação historiográfica em curso em muitos países, particularmente em França.

O magistério de António Oliveira

Na regência da cadeira, a Sílvio Lima sucedeu o assistente António Oliveira (1964-1965 a 1966-1967). Em termos sintéticos, pode dizer-se que o seu ensino (teórico e prático) não rompeu com a orientação anterior, embora lhe tenha introduzido algumas novidades que importa registar. Pelos livros de sumários - não conseguimos encontrar a “sebenta” que sabemos ter circulado (nós mesmos a compulsámos quando estudantes) -, verifica-se que dividia o seu curso em três partes essenciais: uma dizia respeito à teoria das fontes e da investigação historiográfica; uma outra, decorrente do problema da síntese em História,

⁸ Cf. Fernando Catroga, *art. cit.*, p. 335, Luis Reis Torgal, “Um homem humilde, mas livre na sua investigação”, AA.VV., *Estudos de homenagem a João Francisco Marques*, vol. 1, pp. 473-498.

era dedicada ao conhecimento histórico; e uma terceira incidia sobre História da Historiografia.

Quanto ao primeiro aspecto, António Oliveira demarcava-se do positivismo historiográfico, opção claramente expressa na sua crítica à extensão do modelo newtoniano de Ciência ao domínio do conhecimento histórico⁹, na contestação da estreiteza do conceito de documento, na relevação do papel do problema e da hipótese na investigação científica, e na caracterização do facto histórico: este não podia ser confundido com o acontecimento e medido pela intensidade linear dos antecedentes (“a *influência* não é característica necessária do facto histórico”)¹⁰, porque, como já Goethe havia afirmado, “todo o facto é já teoria”¹¹.

Em termos expositivos, estes postulados eram invocados para melhor se elucidar as fases constituintes do processo de investigação - a heurística, a crítica (interna e externa) e a síntese -, campos em que recorria à melhor tradição manualista, introduzindo, contudo, algumas correcções significativas.

Deve ainda registar-se que, ao pretender ilustrar o que chamava um exemplo de “metodologia histórica específica”, o futuro autor de *Vida económica e social de Coimbra (1537-1640)* - obra, então, em correlativa gestação - valorizava o caminho seguido pela história económica francesa e inglesa¹² e, sobretudo, pelo modelo construído por Ernest Labrousse, no clássico estudo *Esboço das flutuações dos preços e dos ganhos na França do século XVIII* (1933), com o propósito de sublinhar a importância dos métodos quantitativos e de iniciar os alunos na sua prática¹³. Daí que, a par da caracterização das fontes que seriam adequadas a esta problemática, também definisse alguns dos seus conceitos básicos (estrutura e conjuntura económicas; flutuações), ministrasse “noções matemáticas indispensáveis para atingir os movimentos económicos”¹⁴, e ensinasse a determinar os parâmetros de posições e de distribuição, bem como certas formas de exposição gráfica (diagramas e cartogramas, curvas aritméticas de frequência e semi-logarítmicas). Com isto, o aluno era sensibilizado para a

⁹ António Oliveira, *Livro de Sumários de Teoria da História. 1965-1966*. (Lição de 27 de Janeiro de 1966).

¹⁰ *Idem, ibidem*. (Lição de 3 de Fevereiro de 1966).

¹¹ *Idem, Livro de Sumários de Teoria da História. 1964-1965*. (Lição de 24 de Janeiro de 1964).

¹² *Idem, Livro de Sumários de Teoria da História 1965-1966*. (Lição de 14 de Dezembro de 1965).

¹³ Por exemplo, no ano lectivo de 1966-1967, foram dedicadas oito aulas a esta matéria, para um total de quarenta e cinco.

¹⁴ António Oliveira, *Livro de Sumários de Teoria da História. 1966-1967*. (Lição de 22 de Dezembro de 1966).

existência de outro tipo de fontes, que não o documento escrito tradicional, ao mesmo tempo que se chamava a atenção para a importância da seriação e para os sistemas de referência em “historia quantitativa”, citando-se a este respeito a autoridade de J. Marczerwski.¹⁵

Consciente de que a quantificação poderia dar origem a outra espécie de um novo positivismo, lembrava o preceito (hegeliano) segundo a qual “a historia não é um aglutinado de dados mas urna arquitectura mental”, tese que Silvio Lima não se tinha cansado de repetir. Rejeitado o empirismo, havia que posicionar os alunos perante a inevitável interrogação acerca dos critérios de inteligibilidade da realidade histórica. Para isso, seleccionava quatro teses diferentes: a neopositivista (Hempel), a atomista (Oakeshott), a intencionalista (Collingwood) e a hermenêutica (Dilthey, Marrou), modo concreto de relevar a importância do debate acerca do concomitante papel da compreensão e da explicação no conhecimento histórico.

A tese explicativa era ilustrada através de Hempel, autor que, como se sabe, no seu ensaio *The Function of general laws in history* (1942), defendeu a célebre “covering-law theory”, para mostrar que, em termos de “modelo ideal”, os historiadores também recorrem a juízos demonstrativos, análogos à lógica dedutiva que está subjacente a todo o conhecimento nomotético, mesmo quando ficam limitados a “esboços de explicação”.

Oakeshott possibilitava que se discutisse uma posição contrária, pois, no seu célebre livro *Expérience and its models* (1933), recorria à lição de B. Croce para defender a existência de diferenças entre a estrutura metodológica das Ciências Naturais e a da História: esta não pertencia à esfera dos factos objectivos, mas ao mundo das ideias reais, perspectiva que, ao contrário do que os positivistas teorizavam, implicava uma releitura presentista do passado.

R. G. Collingwood deu continuidade ao impacte crociano no pensamento inglês, nomeadamente com a publicação (póstuma) da sua ainda hoje famosa *The Idea of history* (1946). Tal como os seus mestres antipositivistas, o autor opunha-se a todas as correntes que diluíam a especificidade do conhecimento histórico. Sendo este um saber sobre factos únicos e irrepetíveis, que objectivam acções humanas e, portanto, com um estatuto diferente dos fenómenos naturais, só eles possuiriam as características próprias do histórico. O que significa que, na linha de Hegel, também para ele o conceito de historicidade não era aplicável

¹⁵ *Idem*, *Livro de Sumários de Teoria da História 1965-1966*. (Lição de 25 de Fevereiro de 1966). Quanto a J. Marczerwski, apesar de se limitar a citar o nome, os sumários deviam referir-se à *História quantitativa da economia francesa*, que aquele autor, em conjunto com J. M. Gomezano e T. Markovitch, estava a publicar desde 1961.

à realidade natural; e que, epistemologicamente, a fonte do conhecimento histórico não pudesse radicar na observação: o passado só seria apreensível através da intuição interior - baseada na imaginação *a priori* (categoria que recorda Kant) - e do seu consequente “refazimento” racional na mente do historiador. Deste modo, todo o conhecimento histórico acabava por ser reduzido à História da Ideias.

Vedada a explicações por causas, a linguagem adequada a esta representação teria mais a ver com a actividade literária do que com os discursos assertativos da prática científica. No entanto, não se propunha a fusão da História com a ficção: a “criação” do historiador tinha de ser coerente, compatível com as fontes, e organizada segundo uma perspectiva *tópica e cronológica*. Em suma: para Collingwood, os factos não são nada, dado que, em historiografia, a interpretação é tudo.¹⁶

As críticas ao positivismo recebiam ainda outra ilustração através da hermenêutica de Dilthey e, sobretudo, da “dialéctica do mesmo e do outro” de H. I. Marrou. Discípulo confesso do neokantismo, de Husserl, dos existencialistas e de Raymond Aron, o pensamento de Marrou, exposto em *De la Connaissance historique* (1956), foi, na zona de influência cultural francesa, um instrumento de demolição do empirismo, tão decisivo como, num outro registo, o estavam a ser os escritos teóricos dos fundadores e continuadores da revista *Annales*, por mais que estes não encontrassem afinidades entre as suas pretensões científico-sociais e a orientação metafísica daqueles pensadores.

Marrou recorria ao conceito husserliano de *epochê* para aconselhar o historiador a pôr “entre parêntesis” o seu excessivo subjectivismo no *dia-logos* com o passado. Para isso, valorizava o papel da *empatia* e da experiência revivificadora que o historiador podia fazer do objecto. É assim lógico que o conhecimento histórico fosse uma construção indissociável da personalidade do sujeito cognoscente: quanto maior fosse a sua “qualidade da alma” e a “abertura da mente” (*esprit*), melhor seria compreendido o passado. Para o autor francês, só os indivíduos são realidades verdadeiras, negando assim as concepções holísticas da história e da sociedade. Deste modo, a explicação na História não se esgotava na pesquisa de causas, já que isso significaria uma simplificação da realidade; consistia, sobretudo, numa compreensão intuitiva das *intenções* que sobredeterminavam os complexos laços que uniam os efeitos das acções humanas.¹⁷

¹⁶ J. Topolsky, *Metodologia de la Historia*, Madrid, Catedra, 1992, pp. 128-129.

¹⁷ Cf. *Idem, ibidem*, p. 127.

Tendo por base os sumários da cadeira, é possível aventar que, além das intenções informativas, a exposição de todas estas correntes (a leitura de boa parte das obras magnas de Collingwood e Marrou era aconselhada) tinha ainda por objectivo situar o debate à volta da objectividade do conhecimento no domínio do humano. Ao contrário do que Ranke e os positivistas tinham sustentado, tentava-se mostrar que o historiador não podia narrar o passado “como verdadeiramente aconteceu”¹⁸, e que a verdade histórica não seria o resultado “do objectivismo puro nem do subjectivismo radical”, pois a sua construção implicava uma actividade selectiva a partir de valores; e a sua própria aceitação, tal como pensava Raymond Aron, exigia um horizonte de crença: ela só se impunha “aos que a quiserem”¹⁹. Por outro lado, Oliveira também defendia que as explicações históricas não podiam ser uncausalistas - “em história não há nunca uma causa única nem primeiro motor no movimento histórico total”²⁰ -, nem cingir-se ao império hegemónico do modelo clássico de Ciência; quando muito, tal como Max Weber e Raymond Aron já haviam sublinhado, o conhecimento historiográfico construía “uma probabilidade retrospectiva”.²¹

Como a História se pretendia afirmar como um saber sobre o passado, Antonio Oliveira dedicava algumas lições ao problema da periodização, nomeadamente à caracterização das noções de “tempo histórico”, “processo”, “geração”, “épocas”, “ritmo secular”, à teoria dos “ciclos” e das “idades”, e à emergência da ideia de História Universal.

A questão da escrita em historiografia não era escamoteada: sob a epígrafe “géneros históricos”, fazia-se a necessária distinção entre anais, crónicas, história narrativa, pragmática e genética, bem como entre história sociológica, compreensiva e biográfica.

A terceira parte do curso consistia numa breve digressão pela História da Historiografia, desde o período greco-romano (Herodoto, Políbio, Cícero, Lucrécio), passando pelo pensamento cristão (Santo Agostinho), pela historiografia de inspiração cartesiana, pelo anticartesianismo de Vico, pelo ideário iluminista, pelo pensamento de Hegel e de Marx, pela historiografia romântica

¹⁸ António Oliveira, *Livro Sumários de Teoria da História 1964-1965*. (Lição de 14 de Janeiro de 1965).

¹⁹ *Idem, ibidem*. (Lição de 21 de Janeiro de 1965).

²⁰ *Idem, Livro de Sumários de Teoria da História 1965-1966*. (Lição de 8 de Fevereiro de 1966).

²¹ *Idem, Livro de Sumários de Teoria da História 1964-1965*. (Lição de 28 de Janeiro de 1965). Pensamos que a exposição das teses de Sílvio Lima sobre o determinismo, a previsão e o acaso, que A. Oliveira sintetizava nas suas aulas, servia para acentuar esta dimensão probabilística do conhecimento histórico.

(exemplificada com Alexandre Herculano), e terminava com uma alínea genérica respeitante às “Tendências da historiografia contemporânea” (Spencer e Toynbee já tinham sido estudados - e criticados - em lições anteriores, enquanto sobreviventes teorias que caíam no campo das *Metahistórias*).

Em suma: as lições de António Oliveira visavam distinguir a Filosofia (especulativa) da História, a Filosofia Crítica da História e a Teoria da História pressuposta, consciente ou inconscientemente, pelos historiadores. Quanto a este último aspecto, julgamos que elas davam continuidade ao eclectismo antipositivista anterior, acasalando os contributos de origem hermenêutica com uma mais forte influência da historiografia de inspiração “analista”; a Lucien Febvre e Marc Bloch, juntou-se Ernest Labrousse e a história quantitativa, bem como Fernand Braudel.

Por isso, e apesar da forte tonalidade desta tendência, o regente da cadeira também aconselhava a leitura de obras de orientação compreensivista. Marrou era acompanhado por Raymond Aron (*La Sociologie allemand contemporaine*, 1950) e, sobretudo, por Collingwood (*The Idea of history* tinha sido recentemente traduzida para português). Embora António Oliveira não perfilhasse a perspectiva idealista deste último autor, é indiscutível, porém, que a análise que o pensador inglês fazia da evolução da ideia de História (e das respectivas incidências no campo da historiografia), desde a Grécia até à época contemporânea, servia de base ao capítulo sobre “História da Historiografia” com que terminava o curso. E este impacto de Collingwood não foi um exclusivo de Coimbra (o seu livro conta hoje com várias reedições), o que revela que, também entre nós, se verificou algo de comum a outros meios europeus: *A Ideia de história*, com a sua fama póstuma, contribuiu decisivamente para a descredibilização do paradigma positivista e para a aceitação, actualmente quase consensual, deste princípio: se poucos são os que aceitam que a História pode ser confinada aos limites e à auto-suficiência da História do Pensamento (tal como esta é praticada pelos filósofos), também só uma minoria está convicta de que a explicação em História se identifica com a averiguação de causas passíveis de tratamento nomotético.²²

²² Cf. Manuel Benavides Lucas, *Filosofia de la historia*, Madrid, Editorial Síntesis, 1994, p. 587.